

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 41/2022, em que é recorrente **Rui Santos Correia** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 69/2023

(Autos de Recurso de Amparo 41/2022, Rui Santos Correia v. TRS, Pedido de Aclaração do Acórdão n.º 52/2023)

I. Relatório

1. O Senhor Rui Santos Correia, depois de, no dia 12 de abril de 2023, pelas 16:12, ter sido notificado do *Acórdão n.º 52/2023, de 10 de abril, Rui Santos Correia v. TRS, Inadmissão por Não-Imputabilidade de Conduta ao Órgão Judicial Recorrido e por Ausência de Pedido de Reparação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 45, 24 de abril de 2023, pp. 1094-1099, no dia seguinte, às 19:22, por via eletrónica, deu entrada a requerimento de aclaração de decisão junto à Secretaria, fazendo-o acompanhar da seguinte narrativa:

1.1. Depois de transcrever alguns trechos do aresto de que pede aclaração, o recorrente diz que o acórdão supramencionado que não-admitiu o seu recurso de amparo contradiz um conjunto de acórdãos do Tribunal Constitucional, concretamente o *Acórdão 8/2022, de 4 de março*, o *Acórdão 38/2022, de 12 de agosto* e o *Acórdão 40/2023, de 29 de março*;

1.2. Revolta-se contra a ideia de pedir reparação da violação dos direitos ao órgão recorrido, pois, no seu entender, já havia feito esse pedido que foi negado;

1.3. Conclui que não entende o tratamento desigual do Tribunal Constitucional que não exigiu o pedido de reparação em outros casos semelhantes e pede que o mesmo esclareça essa diferença;

1.4. Finaliza, pedindo, nesses termos, a aclaração do Acórdão 52/2022 [será 2023?] e que o recurso seja admitido “por ter[em] sido respeitad[as] todas as exigências para a sua admissibilidade”

2. A peça foi conclusa distribuída ao JCP no dia 14 deste ano.

2.1. Este, depois de analisar a questão, a 21 de abril agendou conferência para se apreciar o pedido.

2.2. Marcada para o dia 28 de abril, nessa data realizou-se, tendo o tribunal adotado a decisão acompanhada da fundamentação que se articula em seguida.

II. Fundamentação

1. Não é novidade que a Corte Constitucional admite a possibilidade de colocação de incidentes pós decisórios das suas decisões quando estão em causa interesses subjetivos. Entretanto, existem condições que devem ser satisfeitas para que o pedido possa ser conhecido, e que serão afloradas adiante.

2. Posto isto, impõe-se verificar se o requerimento é admissível e se os pedidos de aclaração podem ser conhecidos.

2.1. Os critérios para a admissibilidade de incidentes pós-decisórios, em especial os que se reportam ao instituto da aclaração das decisões judiciais, têm sido cada vez mais densificados pela Corte Constitucional. Assim, tem estabelecido balizas específicas – decorrentes da natureza especial do processo constitucional e da suscetibilidade de se fazer um uso abusivo dessa espécie de reação processual – que devem ser respeitados sob pena de indeferimento liminar ou de não conhecimento dos pedidos.

A principal decisão que conheceu desse tipo de incidente em sede de um recurso constitucional foi o *Acórdão nº 9/2018, de 3 de maio, INPS v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, de 6 de junho, pp. 856-869, o qual, apreciando um pedido de fiscalização concreta da constitucionalidade, reconheceu a possibilidade de suscitação de incidentes de esclarecimento de decisões do próprio Tribunal Constitucional, mas condicionou a sua admissibilidade, além da exigência de preenchimento dos pressupostos gerais de competência, legitimidade e tempestividade, à identificação, pelo Requerente, de trecho do aresto que padeceria de vício de obscuridade ou ambiguidade. Abrindo ainda a faculdade de o Tribunal Constitucional rejeitar liminarmente todo e qualquer pedido de esclarecimento que seja manifestamente procrastinatório, seja desprovido de qualquer base ou fundamento ou que diga respeito a passagens irrelevantes do texto do acórdão que não tenham impacto sobre a decisão. Mais tarde, estendeu-se esse mesmo entendimento a pedidos de esclarecimento formulados no âmbito de recursos de amparo no *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, pp. 493-499.

A necessidade imperiosa de se identificar o trecho de um acórdão tem, de resto, sido jurisprudência firme desta Corte em qualquer tipo de processo em que se aplicam as mesmas normas do Código de Processo Civil por remissão, conforme interpretação ajustada à natureza especial do processo constitucional, nomeadamente exposta no *Acórdão 02/2017, de 15 de fevereiro*, Rel: JC Aristides R. Lima, *PSD v. CNE*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 10, de 27 de fevereiro de 2019, pp. 265-266, 13, um processo eleitoral, exigindo-se a indicação da obscuridade ou da ambiguidade; no *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, 3.2.3, proferido em autos de recurso de amparo, impondo a identificação do trecho alegadamente portador de vícios, e no *Acórdão 47/2020, de 29 de outubro, Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, de 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90, 3, também decorrente de um recurso de amparo, em que o Tribunal explicitou de forma clara essa exigência comum. Como se veio a considerar depois, “[a] indicação do trecho ao qual se imputa o vício de ambiguidade ou de obscuridade é decisiva até para se evitar que requerentes que pedem esclarecimento apresentem considerações genéricas e indeterminadas a respeito do acórdão atribuindo ao Tribunal posições e fundamentos que resultam de meras percepções ou pretensões e sem que tenham qualquer correspondência textual com o teor da decisão” (*Acórdão 42/2021, de 20 de setembro, Alex Saab v. STJ, referente a pedido de esclarecimento do Acórdão 39/2021*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima e JCP

Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro, pp. 2590-2593, 2).

Quanto a decisões de admissibilidade de recurso de amparo fê-lo nos seguintes arestos: *Acórdão n.º 10/2019, de 14 de fevereiro, João Baptista Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 493-499; *Acórdão n.º 47/2020, 29 de outubro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90; *Acórdão n.º 4/2022, de 10 de fevereiro, Adair Batalha v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 345-346.

2.2. No caso concreto, sem a necessidade de se promover grandes dissertações, pode-se dar por estabelecido a presença dos pressupostos gerais de competência e de legitimidade.

2.3. Já o mesmo não é tão líquido quanto à tempestividade,

2.3.1. Porquanto, estando o prazo que impede o trânsito em julgado de uma decisão negativa de admissibilidade de amparo estabelecido pela Lei do Amparo e do *Habeas Data* no artigo 16, parágrafo terceiro, em 24 horas, é dentro deste intervalo de tempo, que se tem de atuar para se obstar à cristalização da decisão;

2.3.2. O artigo 233, parágrafo sexto, do Código de Processo Civil dispõe claramente que “a notificação por transmissão eletrónica presume-se efetuada na data de sua expedição”. Tendo o recorrente sido notificado do aresto objeto do pedido de aclaração no dia 12 de abril de 2023, às 16:12, qualquer incidente pós-decisório que pretendesse suscitar teria de ser protocolado até às 16:12 do dia 13 de abril. Tendo a peça dado entrada neste último dia, mas só às 19:22, mais de três horas depois, é evidente que ultrapassou em larga medida o prazo previsto, como, de resto, o Tribunal Constitucional tem entendido em situações similares (*Acórdão 11/2019, de 28 de fevereiro, E.B. Whanon Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 521-524; *Acórdão 5/2023, de 18 de janeiro, Pedro Rogério Delgado v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no

Boletim Oficial, I Série, N. 25, de 13 de março de 2023, pp. 689-690; *Acórdão 6/2023*, de 18 de janeiro, *Pedro Rogério Delgado v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 13 de março de 2023, pp. 690-691; *Acórdão 7/2023*, de 18 de janeiro, *António José Pires Ferreira v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 13 de março de 2023, pp. 691-693).

2.3.3. Por conseguinte, é notório que o pedido de aclaração não preenche o pressuposto da tempestividade, devendo ser rejeitado liminarmente.

III. Decisão

Pelas razões expostas, os Juízes do Tribunal Constitucional não conhecem o incidente de aclaração do *Acórdão nº 52/2023, de 10 de abril*, por intempestividade da sua suscitação.

Registe, notifique e publique.

Praia, 05 de maio de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de maio de 2023.

O Secretário,

João Borges